

Avançar na recuperação das perdas!

Maioria das assembleias referenda proposta de pauta unificada. Para voltar ao poder de compra de 2012, queremos 18% em 2024

Sintusp fará nova assembleia para debater formato da reivindicação salarial. Fórum reúne-se em 19/4 para fechar a pauta e protocolar junto ao Cruesp

As entidades que compõem o Fórum das Seis – sindicatos e organizações estudantis das três universidades e do Centro Paula Souza – reuniram-se em 12/4 para avaliar o retorno da rodada de assembleias de base realizadas até o dia anterior. Em todas elas, as categorias aprovaram a proposta de pauta unificada para 2024, havendo divergência de uma das entidades quanto à forma de pagamento, conforme mostramos a seguir.

Houve sugestões de acréscimos e maior detalhamento de alguns pontos. Como historicamente o Fórum delibera por consenso, todas as que alcançaram acordo entre as entidades foram acatadas. É o caso

da inclusão de pontos explicitando a defesa da seguridade social pública e pela revogação das contrarreformas da Previdência, a defesa do Iamspe e o apoio à luta contra a venda dos prédios públicos (veja matéria neste boletim) anunciada pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos)-Felício Ramuth (PSD). Também houve um reforço nos itens I e IV, com a reivindicação de efetiva garantia de isonomia de condições de trabalho e de salários, ponto especialmente importante na luta dos/as servidores/as técnico-administrativos/as pela equiparação dos pisos entre as universidades.



Reforma tributária e financiamento das universidades

O Fórum das Seis ainda não teve acesso ao documento redigido pela comissão criada pelo Cruesp, com representantes das três universidades, para estudar os impactos da reforma tributária sobre o financiamento das instituições.

O Fórum também tem estudos sobre o assunto e considera importante estabelecer uma posição comum com o Cruesp, de modo a fortalecer o objetivo de garantir o financiamento das instituições em níveis adequados após a implantação da reforma.

De acordo com sugestão oriunda das assembleias de base da Adunesp, o Fórum deve organizar reuniões abertas e ampliadas com as categorias, para falar sobre o tema.

O índice da campanha salarial

Em todas as assembleias, o indicativo de reivindicação do Fórum das Seis para 2024 – recomposição das perdas salariais para voltarmos ao poder de compra de maio/2012 – foi referendado. De acordo com os cálculos do Fórum, o índice de reposição necessário para isso está estimado em **cerca de 18%**. Este percentual ainda pode ser alterado, para mais ou para menos, quando for divulgada a inflação de abril/2024. De acordo com o indicativo, a proposta seria assim apresentada ao Conselho de Reitores (Cruesp):

- **Em maio/2024:** a inflação dos últimos 12 meses (estimada em 4%) + a metade do que faltar para voltarmos ao poder de compra de maio/2012 = **cerca de 11%**

- **Ainda em 2024,** pagamento do que faltar para voltar a maio/2012, ou seja, **cerca de 7%**.

A assembleia dos/as trabalhadores/as da USP, organizada pelo Sintusp, após divergência quanto à forma de apresentação do item salarial, propondo que o índice necessário para recuperar maio/2012 seja reivindicado integralmente já em maio/2024. Como nas demais entidades a forma original indicada pelo Fórum foi acatada, não houve consenso. Desta forma, o Sintusp fará nova assembleia para discutir o ponto.

Na sexta-feira, 19/4, o Fórum das Seis volta a se reunir para fechar a Pauta Unificada 2024 e, havendo consenso entre as entidades, protocolá-la na reitoria da USP. Desde 1º de abril, o Cruesp está sob a presidência do reitor da USP, professor Carlos Gilberto Carloti Junior. Foi enviado ofício ao presidente do Cruesp, informando sobre a entrega da pauta no dia 19/4, solicitando que uma delegação seja recebida. A expectativa do Fórum é pelo agendamento de reunião técnica e mesa de negociação ainda em abril, respeitando a data-base, que é 1º de maio.

Clique em <https://bit.ly/ppu12-4> para conferir a proposta de Pauta Unificada 2024 com os acréscimos advindos das assembleias de base (em destaque amarelo).

PEC 9: Entidades convocam presença na Alesp para impedir aprovação na CCJR

O projeto de emenda constitucional (PEC) 9, encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) à Assembleia Legislativa (Alesp) no final de 2023, ainda não foi votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da casa.

O projeto, que reduz a destinação mínima de recursos para a educação pública paulista dos atuais 30% da receita de impostos para 25%, já tem parecer favorável do relator, o deputado Carlos Cezar (PL), pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e aliado do governo. No entanto, a aprovação pela CCJR, passo necessário para que a tramitação vá em frente, está empacada. Nas últimas reuniões realizadas, houve pedidos de vistas de parlamentares da oposição e leitura de pareceres alternativos. Na mais recente, em 10/4, a deputada Professora Bebel (PT) iniciou a leitura do parecer de seu partido, contrário à PEC 9.

Nova reunião deve ocorrer nesta quarta-feira, 17/4, às 10h30. As entidades representativas do funcionalismo, entre elas as que compõem o Fórum das Seis, convidam os servidores e as servidoras a estarem presentes.



Se aprovada, a PEC 9 implicará em diminuição de cerca de R\$ 10 bilhões anuais (valores de hoje) da educação pública paulista. É evidente que um ataque desta magnitude trará prejuízos enormes para a rede de educação básica paulista, as universidades estaduais e as ETEC e FATEC que compõem o Centro Paula Souza.

São Paulo vai a leilão! Tarcísio retira site de vendas do ar, mas reforça intenção de entrega de imóveis públicos

O governo do estado de São Paulo tirou do ar o portal em que colocava à venda dezenas de prédios públicos (<https://imoveis.sp.gov.br/imoveis>), nos quais funcionam órgãos como a Pinacoteca, o Horto Florestal, o Jardim Botânico, o Instituto Emílio Ribas, o Hospital das Clínicas, entre outros. A alegação é que houve “erros técnicos” na publicação e, após corrigidos, “a página trará as informações sobre terrenos ou prédios que eventualmente forem destinados à venda”.

Na lista dos “vendáveis”, o prédio em que funciona a administração do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), na Avenida Ibirapuera, na capital, chegou a ter seu valor de venda exposto: R\$ 926 milhões.

O anúncio da venda de prédios do estado é parte da política privatista do atual governo, que já avançou sobre a Sabesp e

que pretende entregar todas as linhas do metrô paulistano à iniciativa privada até o final do seu mandato.



Um dos cards de convocação da manifestação

25 de abril tem ato em frente ao Iamspe

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades do Fórum das Seis, convida para um manifesto em defesa do Iamspe. Vai ser às 9h, em frente ao Hospital do Servidor Público (Rua Borges Lagoa, 1755, na capital).

O ato também tem na pauta o repúdio ao leilão do prédio da administração, à precariedade no atendimento (causada pela falta de contratações e investimentos) e a cobrança de que o governo arque com a contribuição patronal ao órgão (3%).